

AS CONDIÇÕES NATURAIS E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO (*)

Antonio Carlos Robert Moraes (**)

I — Avaliação do Tema na Geografia Tradicional.

A estruturação do espaço agrário obedece as condições naturais? A Geografia, por formas mais ou menos atenuadas, acreditou que sim; e sempre tentou buscar esta relação.

Ratzel, por exemplo, vendo o objeto da Geografia como as influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade, vai buscar um nexos causal nesta relação. Diz que as condições naturais influenciam a constituição social de uma comunidade pela riqueza que seu território propicia. Fala de potencialidades e limites naturais. Para ele não só a atividade agrária, mas toda a vida econômica seria explicável pela natureza do lugar em que ocorre.

Aceitando, implícita ou explicitamente, as colocações de Ratzel, muitos geógrafos buscaram leis da Geografia Agrária sobrepondo cartas da estrutura fundiária a outras de determinados elementos da natureza, na maior parte dos casos a topografia, os tipos de solo ou disponibilidade de água.

A Geografia vidalina rompe a idéia da unicausalidade, porém mantém a busca da relação abordada, que seria uma manifestação privilegiada do objeto central dessa disciplina visto como a relação homem-natureza. Em Vidal de La Blache as condições naturais aparecem como possibilidades para a ação humana, como "sugestões locais". La Blache

argumenta que a distribuição dos homens no globo não se explica pelo valor das regiões, entretanto relaciona a gênese dos latifúndios com o solo pobre, a diversidade dos recursos do meio com o progresso, a descontinuidade da terra arável com a dispersão do habitat, a localização das habitações rurais com as curvas de nível, etc. Não transforma suas constatações em leis universais, aceitando a idéia da contingência histórica e a mediação do grau de civilização, este apreendido pelo desenvolvimento tecnológico. Assim, fala de "poder do meio e da cumplicidade dos hábitos". Aceita a busca dessas relações como o estudo especificamente geográfico.

A escola francesa vai desenvolver bastante a Geografia Agrária, por ser no mundo rural onde os gêneros de vida são mais facilmente apreendidos, ou dito, de uma forma mais crítica, onde este conceito consegue uma maior eficácia explicativa.

J. Brunhes vai propor os fatos da conquista vegetal e animal como dos essenciais da Geografia — os da ocupação produtiva do solo. Aceita a evolução histórica como um afastamento frente aos limites naturais, porém estabelece relações entre o nomadismo e as condições do meio, a pluviosidade e a densidade populacional no campo, e fala do papel da

(*) — Aula proferida no concurso interno para indicação de 2 Auxiliares de Ensino, para contrato, no Deptº de Geografia de FFLCH da USP, realizado em abril de 1981.

Recebido para publicação em maio de 1981.
(**) — Auxiliar de Ensino do Deptº de Geografia da FFLCH da USP.

água na organização da estrutura agrária, etc. Faz uma curiosa distinção entre regiões geográficas e regiões históricas, pondo estas últimas como obra da vontade humana.

A. Demangeon acentua o caráter humano da Geografia estabelecendo a distinção clara entre meio físico e meio geográfico, neste a obra humana sendo prioritária. Desenvolve a idéia das condições naturais como recurso. É um autor mais sensível aos processos econômicos e sociais. Isto não o impede de defender a relação entre o relevo e os estabelecimentos humanos (a planície e a aldeia, as regiões acidentadas e o habitat disperso) ou entre a estepe e a criação, ou ainda, criticando Brulhes, dizer que a seca condiciona mais que a água. Coloca-se contra a unicausalidade da natureza, porém afirma que a influência das condições naturais, principalmente na produção agrária, é um fato.

M. Sorre, que dedica grande parte de sua obra à análise do habitat rural, coloca que as condições naturais estimulam e orientam os sistemas de exploração agrícola. Alerta, por exemplo, para a ação da sazonalidade sobre a organização do trabalho. Para ele o habitat rural seria uma expressão da história, mas também um fruto da ecologia.

M. Le Lannou acentua ainda mais o caráter humano da Geografia, propondo-a como análise da transformação da natureza, da ocupação da superfície terrestre. Assim, vê o natural plenamente estabelecido em relação à atividade humana. Coloca que as condições naturais não têm uma eficácia constante nem um valor absoluto, assim que as causas geográficas são relativas, e muitas vezes apagadas por mecanismos econômicos e sociais. Vê as condições naturais em termos de aptidão, capacidade natural de um lugar, concebendo-as como limites para a ação do homem. Diz explicitamente que a natureza resiste aos projetos que não levam em conta suas características. Entretanto no decorrer de sua obra comete deslises, relacionando, por exemplo, a montanha e a transumância.

Assim, mesmo a Geografia anti-determinista aceita a relação entre o homem e a natureza como o fundamental, e esta relação manifesta-se com mais força na atividade agrária.

P. George, um autor já plenamente consciente dos mecanismos econômicos e sociais como dirigentes da organização do espaço, busca apreender esta relação. Discute, por exemplo, o papel das condições naturais como definidor da quantidade necessária do trabalho agrícola, sua ação facilitando ou dificultando a produção, sua atuação sobre o ritmo do trabalho, etc.

II — A Crítica da Perspectiva Abstrata.

Mesmo com a progressiva desnaturalização do objeto geográfico, a idéia de buscar um "tête à tête" do homem com as condições naturais permanece, nem que seja apenas na Geografia Agrária. A idéia da natureza como limite é uma constante. A idéia de uma imposição dos lugares dada por seus caracteres naturais também, seja como predestinação em Ritter, vocação em Ratzel, estímulo em Vidal, capacidade em Le Lannou, está sempre presente.

Mais ainda, para muitos autores e para o público em geral, a Geografia trataria especificamente dessa discussão. Vidal e Sorre, entre outros, usaram muitas vezes a denominação condições geográficas como sinônimo da condições naturais. Na verdade as condições geográficas seriam as características do meio físico mais a situação, esta também entendida como um dado da natureza. A influência das condições naturais vistas como as "causas" especificamente geográficas. Aqui reside o ponto nodal da questão enfocada.

Na crítica ao determinismo, a Geografia rompeu com a idéia de unicausalidade natural. Abriu mão de uma determinação exclusiva sua, porém não de sua existência autônoma. A realidade passou a ser vista como um entrelaçamento de causas: econômicas, políticas, sociais, culturais, restando como especificamente geográfica a influência dos dados naturais. Daí a ênfase nesse tópico em todo estudo concreto da Geografia. Daí o fato de durante um grande período a Geografia Humana ter sido basicamente uma Geografia Agrária, onde este liame era mais presente.

Assim, o papel das condições naturais ficou como o elemento de causação próprio da Geografia, necessário de ser exposto para a legitimação da autoridade e da autonomia do conhecimento geográfico. Nesse processo abriu-se mão da possibilidade de generalização, assim, de uma explicação geográfica. Porém, manteve-se a especificidade. A idéia de causalidade contida é a da relação entre domínios estanques: uma Economia autonomizada, uma Sociologia idem, etc. O econômico como algo bem distinto do social e do político, assim, uma relação entre partes autônomas, e entre essas a Geografia, cuja peculiaridade estaria em levar em conta os dados naturais.

Uma concepção bastante anti-dialética (para esta a realidade é movimento e tudo se relaciona), que se expressa bem na concepção de espaço de Sorre: uma sobreposição de coisas diferentes, o espaço físico, o biológico, o econômico, o político, o social. A Geografia fazendo a relação entre cada um e a base real — a superfície da Terra.

Uma concepção que se espelha na idéia de ciência de contato entre o domínio das ciências naturais e das ciências sociais. Idéia impossível de ser defendida dentro do Materialismo Histórico e Dialético.

III — Assumindo um Pressuposto

Para se contrapor a esta visão do problema cabe, antes de mais nada, deixar de perseguir positivamente um objeto geográfico dotado de autonomia absoluta. Em segundo lugar, romper com a idéia da falsa unidade entre Geografia Física e Geografia Humana. Deve-se tomar a estruturação do espaço agrário como um processo social, onde as relações econômicas não são uma “causa” que deve ser acoplada a outras “causas”, entre elas a geográfica. As condições naturais devem ser incorporadas nas próprias relações econômicas em um processo social concreto e historicamente determinado. As condições naturais não são um dado a mais com relação ao econômico e ao social, mas um ele-

mento de uma totalidade inter-articulada. No sentido expresso por D. Harvey de “ver as formas espaciais como processos sociais na medida em que os processos sociais são espaciais”.

Aqui já se coloca uma perspectiva metodológica bastante distinta. Será necessário ver a estruturação do espaço agrário inserida num modo de produção específico, que determina as formas desse processo. Essa é uma explicitação fundamental não realizada pela Geografia tradicional. Esta não periodizava a história, tratando numa mesma análise da agricultura altamente capitalista de hortas, a plantation colonial, as fazendas coletivas soviéticas ou a agricultura itinerante de comunidades indígenas da floresta equatorial.

Aqui trata-se de analisar o modo de produção e a formação econômico-social em que se insere o espaço agrário abordado.

IV — 1ª Concreção: o Modo de Produção e a Renda Fundiária

Tomando-se o modo de produção capitalista tem-se como instrumental essencial para compreender a dinâmica do quadro agrário a teoria da renda fundiária.

O primeiro autor a estabelecer os fundamentos gerais da renda da terra foi D. Ricardo, o último dos economistas políticos da fase heróica do pensamento burguês. Ricardo elabora a idéia da margem de cultivo. Esta é aquela parcela de terra explorada que regula o mínimo de produtividade requerida por uma produção agrícola capitalista. Para ele, a margem de cultivo regula, via agricultura, toda a taxa média de lucro numa sociedade. A produção agrícola regularia a produtividade geral de uma sociedade, e a terra menos fértil empregada regularia a taxa de rentabilidade da agricultura. Todos os agricultores alojados em terras mais férteis teriam um sobre-valor disponível.

Marx elogia a teoria de Ricardo mostrando sua aplicação na colonização do EUA. Mostra que ali o povoamento acompanhou as terras mais férteis

até um momento em que a distância da frente de povoamento em relação à costa, torna viável a produção nas áreas vazias de terras menos férteis. Nessa explicação aparecem a distância e a fertilidade, os fatores que definem a renda diferencial, a forma de renda mais importante para a explicação do tema analisado. Cabe explicitar esta questão, desenvolvida por Marx a partir das colocações de Ricardo, com maior detalhe.

A renda diferencial é uma forma de lucro suplementar. Há na sociedade capitalista uma tendência à taxa média de lucro, isto é, a que o retorno do capital seja o mesmo em todos os setores da economia. Caso contrário todos os capitalistas investiriam seu capital apenas em alguns setores, aqueles de maior lucratividade. Caso isto ocorresse, os setores com menor aplicação poderiam, por menor concorrência e por escassez do produto, apresentar uma elevação da lucratividade, o que os colocaria de novo na taxa média. Deve-se ainda lembrar que o valor do produto é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua obtenção. Assim, quem com o mesmo dispêndio de capital e trabalho conseguir uma produtividade maior, seja por aprimoramento técnico, seja por uma situação privilegiada no processo de produção, auferirá um valor — valor acima da taxa média, um lucro suplementar.

A renda diferencial é uma manifestação do lucro suplementar. Esta pode ser auferida de duas maneiras na agricultura. Primeiro, pela produtividade diferencial dos solos. O solo mais fértil do que o utilizado na margem de cultivo propicia a seu proprietário auferir esta forma de renda. E aqui aparece de forma bastante clara a concepção das condições naturais vistas dentro do processo de produção. Pode-se dizer que as condições naturais se relacionam com a estruturação do espaço agrário via esta forma da renda diferencial. Uma segunda manifestação da renda diferencial ocorre em função da distância da área de produção em relação ao mercado consumidor. Os terrenos mais próximos propiciam um barateamento nos custos de transporte. A dialética distância-fertilidade-margem de cultivo-lucratividade propicia que a terra menos

fértil próxima ao mercado entre a partir de um certo momento no circuito da produção, como foi visto na análise do caso americano.

A renda diferencial engloba dois pontos abordados, num contexto explicativo distinto, pela Geografia Agrária: fertilidade e a localização. É de um modo em que estes elementos não aparecem estranhos ao próprio movimento econômico. Ao contrário, articulando-os no processo de produção. Porém, apenas esta forma de renda não explica a estruturação do espaço agrário. Cabe mencionar as outras formas da renda fundiária.

A renda absoluta é dada diretamente pela propriedade da terra, pelo direito de um indivíduo dispor de uma dada porção da superfície terrestre (que é um bem finito) com todos os recursos ali existentes, entre eles o solo agrícola. Esta forma de renda transparece claramente no arrendamento, onde o proprietário da terra cede o direito de exploração a terceiros, e recebe um provento sem participar do processo de produção, no caso uma quantia em dinheiro. Se receber em espécie tem-se a definição da parceria. Enfim, auferirá um valor apenas por ser proprietário.

A terceira forma da renda fundiária é a renda de monopólio. Esta é auferida quando a área em questão possui uma característica rara ou única, por exemplo o acesso à água numa região árida. Usando um exemplo dado por Marx ao discutir esta forma de renda: o detentor de uma queda d'água na época da revolução industrial produzia a um custo menor do que o capitalista que empregava o carvão como força motriz. Aqui tem-se outro exemplo da concepção das condições naturais integradas no processo de produção.

As formas de renda explicam, levando em conta as condições naturais, a estruturação do espaço agrário no capitalismo, num plano bastante genérico, o das determinações gerais do modo de produção. Este nível genérico, por se referir a todos os lugares do mundo capitalista, não basta. É necessário concretar um pouco mais a análise. E nessa concreção as condições naturais aparecerão novamente jogando um papel de destaque, sempre articuladas aos processos econômico-sociais.

V — 2ª Concreção: As Vias de Desenvolvimento do Capitalismo.

Aprofundando a análise deve-se falar das vias de desenvolvimento do capitalismo, na medida em que estas dizem respeito fundamentalmente à agricultura, pelo menos na acepção de Lenin. As vias contêm as determinações gerais do modo de produção substantivadas em particularidades históricas e espaciais. Lembra-se aqui de quatro vias de desenvolvimento do capitalismo no campo. Duas foram apresentadas por Lenin na análise do caso russo: — Uma delas, denominada de prussiana ou via Junker, diz respeito àqueles lugares onde o capitalismo penetra sem romper a estrutura agrária herdada do feudalismo. O latifúndio feudal passa a produzir para o mercado, sem alteração das relações internas de trabalho, há assim a manutenção da servidão — Outra, também existente no caso russo, é a via denominada por Lenin de Americana ou via Farmer. Esta aparece nas áreas de colonização onde o avanço do capitalismo se defronta com uma natureza virgem, e se estabelece com a pequena propriedade, com a granja.

Além destas duas vias, que são em si mesmas formas de estruturação do espaço agrário, pode-se levantar a existência de pelo menos mais duas: — Uma, que foi denominada por Lúkacs de via Clássica ou Democrática, que representaria a organização capitalista do campo naqueles países que efetivamente vivenciaram uma guerra camponesa como elemento desagregador da ordem feudal (como a Inglaterra), ou naqueles em que a revolução burguesa implicou numa efetiva transformação da estrutura fundiária (como foi o caso da França). Em ambos os casos a pequena propriedade camponesa vai dominar (no caso inglês convivendo com a grande propriedade aristocrática e com o arrendamento) articulando-se na forma de aldeias, tão estudada pela Geografia tradicional francesa. — Outra via seria a denominada por alguns autores de Colonial, dizendo respeito a países como o Brasil, onde a exploração da terra virgem se faz com o sistema de “plantation” em grandes proprie-

dades. Esta não seria uma reprodução da via Prussiana, mas forma específica. Aqui a própria disponibilidade de terras apareceria no processo produtivo como uma condição natural.

Vê-se duas vias em termos de países de longa história, onde o capitalismo penetra sobre relações assentadas há séculos. E outras duas vias nos países cuja colonização já é parte do processo de emergência e domínio das relações capitalistas. Esta diferença de conteúdo histórico incorporado ao espaço agrário não pode ser minimizada. Nos dois casos as vias distintas demonstram formas diferentes de repartição da terra, das relações de produção e das relações de trabalho.

No caso dos países de colonização recente, as condições naturais jogaram um peso considerável na definição da via de desenvolvimento do capitalismo. Isto fica claro quando se relaciona as vias com a idéia de sentido da colonização, elaborada por PRADO JR. (1976). As colônias de povoamento, onde se desenvolve a via Farmer, localizavam-se nos climas temperados, cuja produção agrícola era similar à das metrópoles européias. As colônias de exploração, onde se desenvolvem as “plantations” localizavam-se na zona intertropical, que possibilitavam uma produção agrícola complementar à européia, assim de alto valor comercial. Vê-se novamente as condições naturais explicando (dentro de processos históricos específicos e dos mecanismos econômicos) a estruturação do espaço agrário em situações particulares concretas.

VI — 3ª Concreção: A Formação Econômico-Social.

Avançando mais na concreção, o estudo deve encaminhar para a análise de singularidades: os lugares concretos. E aqui as condições naturais jogam um papel vital, sempre contendo as determinações e mediações anteriores.

Aqui, trabalha-se ao nível das formações econômico-sociais, e porque não dizer como SANTOS (1977), espaciais. Assim, as características dos elementos da natureza presentes são fundamen-

tais, pois incidem na variabilidade dos lugares. Os recursos naturais são desigualmente distribuídos na superfície terrestre. Nesse sentido, a conquista, a apropriação, o domínio a colonização e a exploração de cada porção do planeta será única. Esta unicidade implica numa história específica, em termos econômicos, sociais e espaciais. O capitalismo ao penetrar nos lugares singulares encontra uma história da natureza e da sociedade com processos e possibilidades próprias, peculiares. Em termos das condições naturais, recoloca-se a questão dos limites à atividade humana: do sítio, da situação da posição, da continentalidade, do clima, enfim dos recursos disponíveis. Parodiando, ninguém plantará abacaxi no Alasca, nem trigo no Ceará. O instrumental de levantamento desenvolvido pela Geografia tradicional se torna útil, se bem que necessariamente recontextualizado. O modo de produção, as formas de renda, as vias de desenvolvi-

mento, deverão estar contidos na análise. A estruturação do espaço agrário, manifestação de formas particulares de desenvolvimento do capitalismo em lugares singulares (com todas as determinações gerais aí contidas), será o efetivar-se da história de uma sociedade concreta em sua relação com: as condições naturais de uma determinada porção do espaço terrestre; com a natureza já transformada por explorações anteriores; em alguns casos com uma natureza natural; com o trabalho incorporado ao espaço; com relações sociais aí existentes. E tudo isso como um processo também afetado por conjunturas específicas: o estágio das lutas de classe, as flutuações do mercado, as ingerências políticas, os planos estatais, etc.

Aí, já estaremos falando do presente. E fazendo política. Naquele sentido das palavras de LACOSTE (1977): “a Geografia como uma prática social em relação à superfície terrestre”.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- 1 — BRUNHES, J. — (1948) — Geografia Humana, Ed. Juventud, Barcelona.
- 2 — DEMANGEON, A. — (1956) — Problemas de Geografia Humana, Ed. Amega, Barcelona.
- 3 — DOBB, M. — (1976) — Teoria do valor e da distribuição desde Adam Smith, Ed. M. Fontes, São Paulo.
- 4 — GEORGE, P. — (1978) — Sociologia e Geografia, Ed. Forense, São Paulo.
- 5 — HARVEY, D. — (1980) — A justiça social e cidade, Ed. Hucitec, São Paulo.
- 6 — KAUTSKY, K. — (1966) — A questão agrária, Ed. Laemert, R. Janeiro.
- 7 — LA BLACHE, P. Vidal — (1954) — Princípios de Geografia Humana, Ed. Cosmos, Lisboa.
- 8 — LACOSTE, Y. — (1977) — A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra, Ed. Iniciativas, Lisboa.
- 9 — LE LANNOU, M. — (1949) — La Géographie Humaine, Ed. Flammarion, Paris.
- 10 — LENIN, V. I. — (1974) — El desarrollo del capitalismo en Rusia, Ed. Ariel, Barcelona.
- 11 — ———— — (1979) — O programa agrário da social-democracia, Ed. Ciências Humanas, São Paulo.
- 12 — LUKACS, G. — (1976) — El asalto a la razon, Ed. Grijalbo, México.
- 13 — MARX, K. (1974) — O Capital, livro 3, vol. 6, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- 14 — PRADO JR., C. — (1976) — Formação do Brasil Contemporâneo, Ed. Brasiliense, São Paulo.
- 15 — RATZEL, F. — (1974) — Geografia dell'uomo, Ed. Fratelli Bocca, Torino.
- 16 — SANTOS, M. — (1977) — Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método, in Boletim Paulista de Geografia nº 54, A.G.B., São Paulo.
- 17 — SORRE, M. — (1952) — Les Fondements de la Géographie Humaine, tomo III “L'habitat”, Ed. A. Colin, Paris.
- 18 — ———— — (1957) — Remontres de la Géographie et de la Sociologie, Ed. M.. Riviere, Paris.